



EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Agrupamento de Escolas
MONTE DA LUA

Agrupamento de Escolas
Monte da Lua | 2018

ÍNDICE

Introdução	3
Enquadramento	4
Operacionalização	10
Critérios de avaliação dos alunos.....	14
Monitorização e avaliação da estratégia	18
Referências bibliográficas	19

Atualmente, a melhoria da qualidade e da relevância da educação, com ênfase nas competências que promovem o respeito mútuo e a coexistência pacífica estão no centro das preocupações à escala global, apesar dos problemas de acesso à educação e do abandono escolar continuarem a ser um importante desafio em muitos países. A comunidade internacional tem recomendado que a educação contribua para a resolução dos desafios já existentes e emergentes que ameaçam o planeta e, ao mesmo tempo, ajude a aproveitar com sabedoria as oportunidades que oferece [UNESCO, 2015].

É nesse sentido que se percebe uma mudança no papel e no propósito da educação dos meros saberes para o desenvolvimento de crianças e de jovens que participem na construção de sociedades mais justas, pacíficas, tolerantes e inclusivas.

Um mundo cada vez mais globalizado levanta questões sobre o que constitui uma cidadania significativa. Embora a noção de cidadania para além do Estado-nação não seja nova, as mudanças no contexto global, como o estabelecimento de convenções e de tratados internacionais, empresas transnacionais e movimentos da sociedade civil, têm implicações importantes para a cidadania global.

A cidadania global refere-se ao sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla e a uma humanidade comum. Ela enfatiza a interdependência e a interconexão política, económica, social e cultural entre os níveis local, nacional e global. O crescente interesse pela cidadania global também direcionou a atenção para a dimensão universal da educação para a cidadania, bem como para seu impacto nas políticas, nos currículos, no ensino e na aprendizagem. *As questões relacionadas com a sustentabilidade, a interculturalidade, a igualdade, a identidade, a participação na vida democrática, a inovação e a criatividade estão, de facto, no cerne do debate atual* [Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, p.1].

A cidadania é um conceito multidimensional, dinâmico e polissémico que necessariamente coloca desafios à Escola. Esta instituição, como contexto de formação e de socialização, é um espaço de promoção de experiências cívicas e de relações afetivas e interpessoais significativas. Enquanto projeto da humanidade, ela desempenha um papel inquestionável no domínio da cidadania e na vivência e na aprendizagem dos valores democráticos. No entanto, e apesar do aparente consenso que parece existir em torno do papel central da educação na construção de cidadãos, existem contradições sociais que se vivem no espaço escolar com consequentes entraves à sua operacionalização.

Este documento define a Estratégia de Educação para a Cidadania [EEC] do Agrupamento de Escolas Monte da Lua [AGML]. Nele se apresenta uma filosofia de trabalho, balizada por um conjunto de documentos neste âmbito, e se especifica a sua operacionalização. Ainda, são enunciadas as estratégias de avaliação dos alunos e o modo de monitorização e avaliação da mesma.

A Educação de qualidade é um direito humano fundamental e um investimento para o futuro. Aprender a tomar decisões informadas é aprender a exercer uma cidadania democrática.

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

A Estratégia de Educação para a Cidadania está enquadrada por um conjunto de documentos, a saber:

1) a **Lei de Bases do Sistema Educativo**, destacando os valores da democracia e da cidadania, propõe fomentar nas crianças e jovens uma consciência da realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional. Nesse sentido, a Escola deve proporcionar aos alunos experiências que permitam desenvolver a sua maturidade cívica através de comportamentos positivos de relação e de cooperação, particularmente na intervenção consciente e responsável no mundo.

Assim, é dito que [...] o sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho. E ainda que [...] a educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.

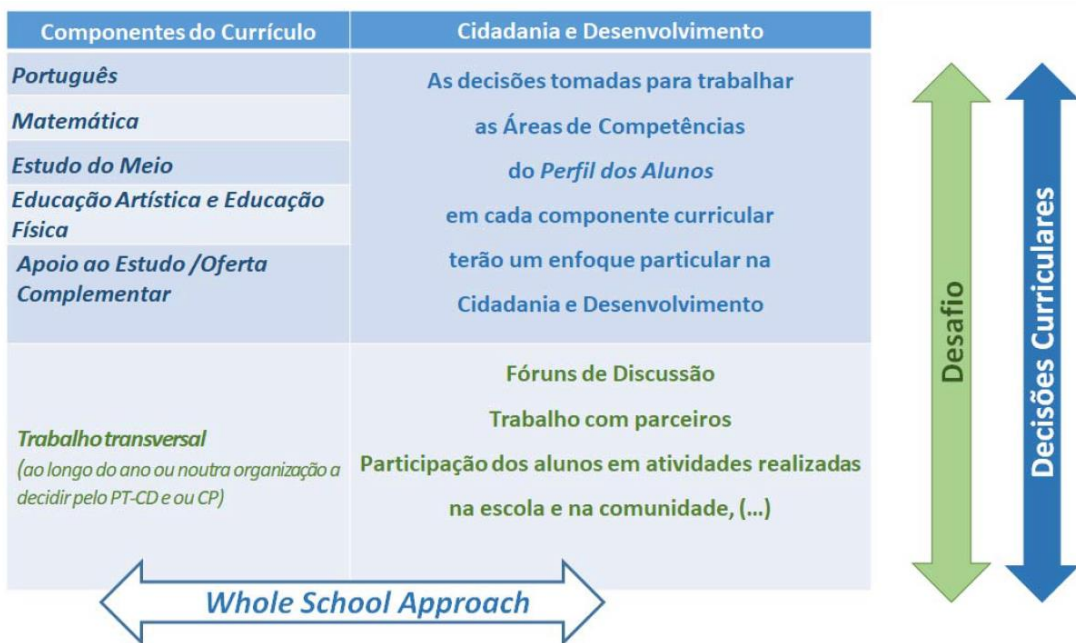
2) o **Decreto-Lei n.º 55/2018** de 6 de julho, que no seu artigo 15.º afirma que a educação para a cidadania é uma área de trabalho transversal, de articulação disciplinar e com uma abordagem interdisciplinar. Desta forma, [...] *mobiliza os contributos de diferentes componentes do currículo, áreas disciplinares, disciplinas, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos com os temas de educação para a cidadania da escola, através de projetos dos alunos de cada turma.*

Este documento postula que cada escola/agrupamento deve dispor de uma estratégia própria de educação para a cidadania, que explicita: a) os domínios, os temas e as aprendizagens a desenvolver em cada ciclo e ano de escolaridade; b) o modo de organização do trabalho; c) os projetos a desenvolver pelos alunos que concretizam na comunidade as aprendizagens a desenvolver; d) as parcerias a estabelecer com entidades da comunidade numa perspetiva de trabalho em rede, com vista à concretização dos projetos; e) a avaliação das aprendizagens dos alunos; e f) a avaliação da estratégia de educação para a cidadania.

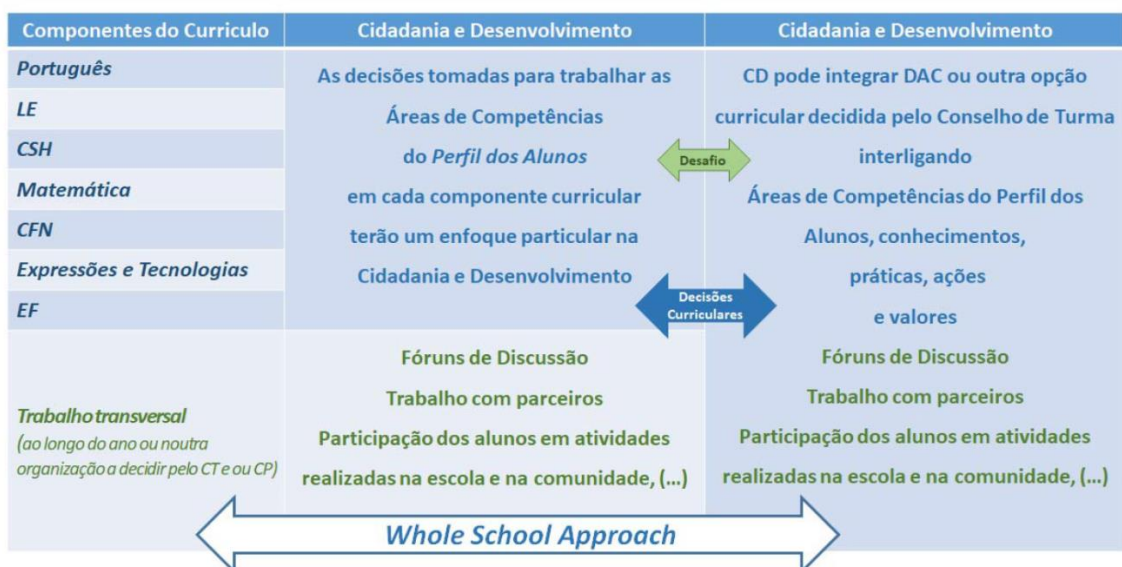
3) a **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania**, estabelece um conjunto de direitos e de deveres que alicercem a formação das crianças e dos jovens que favoreçam comportamentos cívicos, a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática.

A Cidadania e Desenvolvimento integra o currículo nacional e é desenvolvida nas escolas segundo três abordagens complementares: a) de natureza transdisciplinar no 1.º ciclo do ensino básico; b) como disciplina autónoma no 2.º e no 3.º ciclos do ensino básico e c) como componente do currículo desenvolvida transversalmente com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação no ensino secundário. Deste modo, constitui-se como um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens com impacto a três níveis: a) na atitude cívica individual; b) no relacionamento interpessoal e c) no relacionamento social e intercultural.

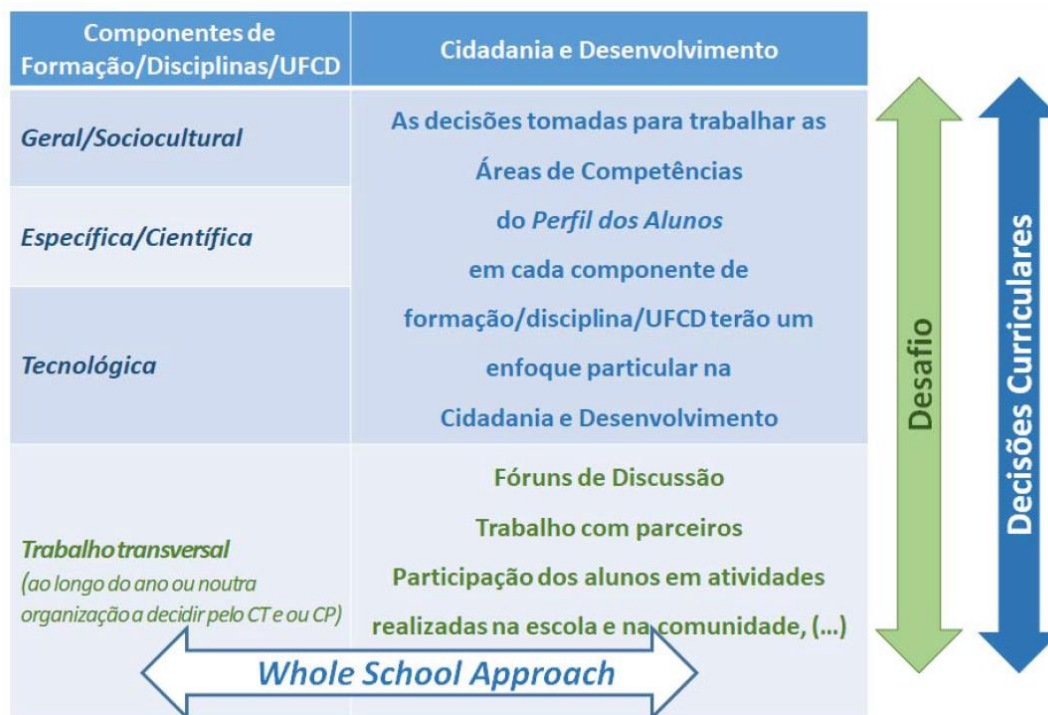
1.º CEB



2.º e 3.º CEB



Ensino secundário



A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania [ENEC] é fundamentada pela perspectiva da *Whole-school approach*, cujos princípios se podem sintetizar nos seguintes pressupostos: a) decorre de práticas sustentadas no tempo e não de meras intervenções pontuais; b) está integrada no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e na sua articulação com a comunidade; c) assenta em práticas educativas que promovem a inclusão; d) apoia-se no desenvolvimento profissional contínuo dos docentes e não-docentes; e) envolve os alunos em metodologias ativas, oferecendo oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e sociais; f) está integrada nas políticas e práticas da escola envolvendo toda a comunidade escolar; g) promove o bem-estar e a saúde individual e coletiva; h) envolve o trabalho em parceria com as famílias e as comunidades; i) está alinhada com as especificidades dos alunos e as prioridades da comunidade educativa; j) apoia-se na monitorização e avaliação de forma a garantir efetividade e participação.

A ENEC estabelece então os domínios fundamentais a serem trabalhados, organizando-os em três níveis de importância, ressaltando, no entanto, que estes se mostram interligados, tendo na base uma visão holística da pessoa. A operacionalização deste trabalho deverá realizar-se ao nível da turma e ao nível da escola.

Relativamente a este último nível, convém salientar que a cultura escolar, expressa pelos princípios, atitudes, valores e regras vivenciados nas práticas quotidianas devem ser modeladas pela EEC da escola/agrupamento. Deste modo, o sucesso da implementação da estratégia está interrelacionado com a cultura escolar e com as oportunidades que os alunos tenham de se envolverem na tomada de decisões, nomeadamente naquelas que os afetam.

Salienta-se ainda que os projetos de educação para a cidadania deverão estar articulados com outros projetos da escola e serem desenvolvidos em parceria com entidades da comunidade *numa perspetiva de trabalho em rede*.

4) Aprendizagens essenciais

Relativamente às aprendizagens esperadas, a ENEC propõe três eixos de trabalho, já enunciados acima, que agora se especificam: a) atitude cívica individual, referenciada à identidade cidadã, autonomia individual e direitos humanos; b) relacionamento interpessoal, referenciado à comunicação e ao diálogo e c) relacionamento social e intercultural referenciado à democracia, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos.

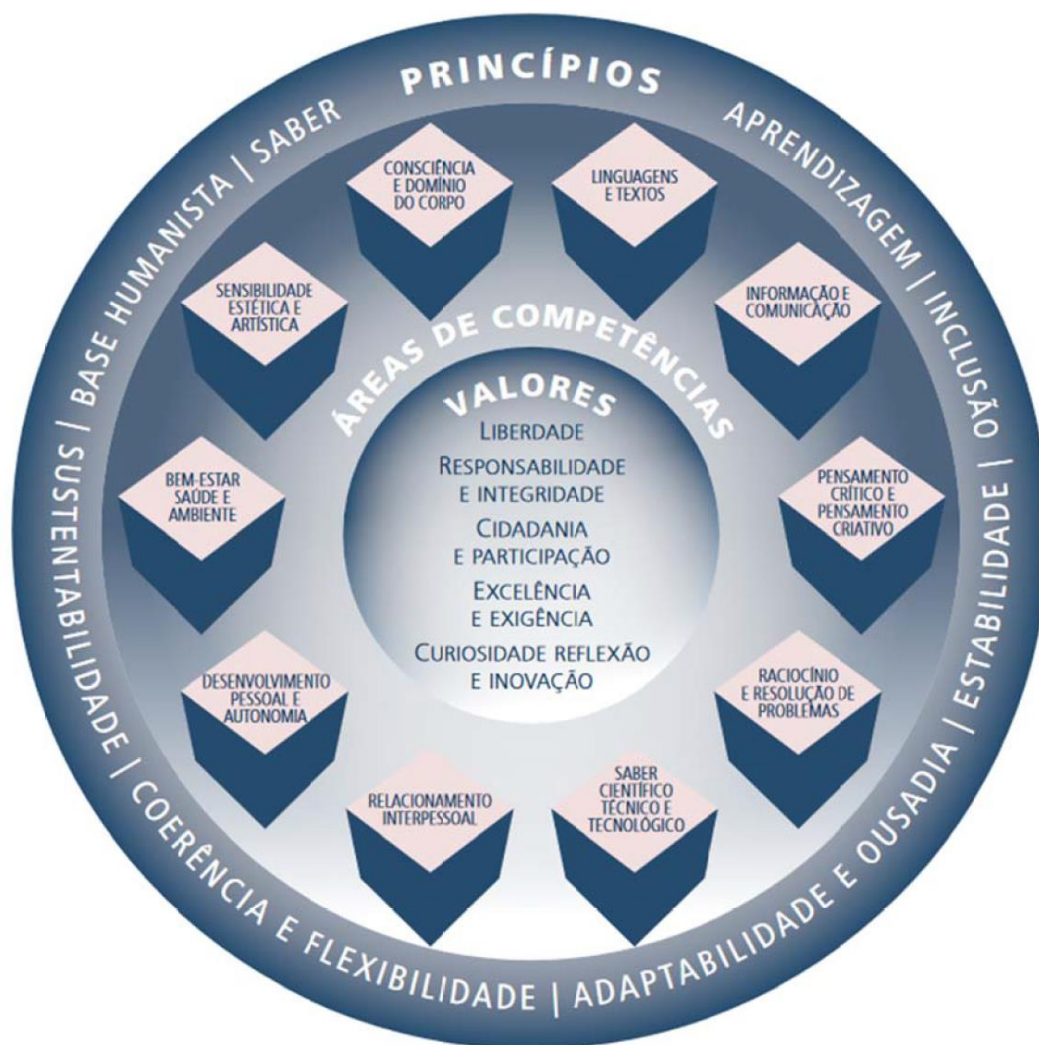
Este trabalho com os alunos é balizado por três princípios fundamentais, uma conceção concreta de cidadania, a identificação de domínios essenciais e a identificação de competências fundamentais para a formação de cidadãos.

Embora muitas das aprendizagens de Cidadania e Desenvolvimento sejam trabalhadas nas áreas curriculares disciplinares, nomeadamente através das aprendizagens essenciais dos temas programáticos, mais estruturadas e orientadas para o conhecimento disciplinar, há aprendizagens que só se realizam através de práticas interdisciplinares ao nível da escola, e que traduzem: a) o compromisso de toda a comunidade escolar para os valores da cidadania, como, por exemplo, assembleias, fóruns e iniciativas que congreguem a participação plural de todos; b) a contribuição das diversas disciplinas ao nível dos conceitos, dos temas programáticos e das aprendizagens essenciais de modo a potenciar projetos centrados em questões, como, por exemplo, os Direitos Humanos, o Desenvolvimento Sustentável, a Interculturalidade, a Igualdade de Género; d) o trabalho de parceria com a comunidade local, como recurso para a realização de aprendizagens contextualizadas e o desenvolvimento de competências de formação cidadã e participação democrática.

5) De acordo com o **Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória**, pretende-se o desenvolvimento de um conjunto de competências transversais ao currículo. O objetivo é que se desenvolvam projetos que estimulem determinadas competências como a participação e colaboração plural e responsável. Na página que se segue mostra-se o quadro de competências esperado, expresso neste documento.

Deste modo, as crianças e os jovens devem ser incentivados a desenvolver: a) competências pessoais e sociais enquadradas numa cultura democrática; b) o pensamento crítico; c) competências de participação e de colaboração proativa e empreendedora; d) conhecimentos no âmbito de um conjunto de domínios essenciais ao exercício da cidadania.

Em todos os níveis de ensino, o desafio é criar ambientes de aprendizagem assentes numa maior diversificação de metodologias pedagógicas como, por exemplo, debates, trabalhos de grupo, apresentações individuais e de grupo, intervenções dentro e fora da escola, que fomente um contexto real de interação e de acesso a recursos digitais.



Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

6) No **Projeto Educativo do AGML** diz-se, logo no início que [...] a imprevisibilidade do futuro, característica das sociedades atuais, não nos pode impedir de o projetar, norteando o planeamento da ação educativa por um conjunto de aspirações e de valores humanistas e universais. Também na visão proposta se expressa uma perspetiva de abertura ao mundo e de transformação individual no sentido da autonomia, da solidariedade e da capacidade de contribuir para o bem-estar num mundo melhor.

Os princípios, Ligação, Inovação e Sustentabilidade articulam-se através da Abertura com os valores da Confiança, Colaboração e Compromisso. *Estes princípios e valores orientam os comportamentos de toda a comunidade educativa, uma vez que, ao sustentarem as finalidades do AGML, se constituem como ferramentas de resposta às contingências e dificuldades que vão emergindo. A sua apropriação, através de processos de socialização, garante a compatibilização de interesses, a relação com os contextos de inserção e baliza o modo como se atingem os objetivos.*

Também no perfil de aluno do AGML se enunciam quatro grandes eixos de competência, a saber: a) investigar o mundo; b) estar aberto a perspetivas diferentes; c) comunicar e d) ser proativo. Isto implica que o agrupamento pretende criar oportunidades intencionais de crescimento que capacitem as crianças, os jovens e os adultos para participarem e se

envolverem, no presente e no futuro, não só na vida cívica local e nacional mas também na resolução de problemas globais.

Estes aspetos já estão visíveis ao nível de alguns dos objetivos, metas e ações estratégicas definidas para o Projeto Educativo. Exemplos disso são: a) a implementação do Currículo Europeu para a Resiliência; b) as tutorias e mentoratos; c) as práticas de coadjuvação, interdisciplinaridade e de inovação pedagógica; d) Reforço das ligações ao espaço e a atividades da escola tendencialmente incidindo em atividades da vida diária no contexto da inclusão; e) Cumprimento de medidas disciplinares em contexto comunitário; f) Reforço das dimensões cívica, da saúde, ambiental, desportiva, cultural, artística, científica e tecnológica da ação educativa; g) Promoção da educação ambiental, reforçando a participação do AGML no programa Eco-escolas; h) Participação dos alunos nos programas/projetos/atividades do AGML; i) Envolvimento da comunidade educativa na ação estratégica do AGML; j) Realização de ações de formação para o desenvolvimento de competências dirigidas a todos os grupos da comunidade escolar; l) Promoção da função educativa dos assistentes operacionais e técnicos; m) Promoção da participação das famílias em contactos presenciais, reuniões e atividades; n) Reforço da colaboração com agentes da comunidade com responsabilidade na ação social, cultural, desportiva, entre outros; o) Promoção de práticas de colaboração com outras escolas e agrupamentos

Mais particularmente, a meta 6, Desenvolvimento da participação e da intervenção dos alunos na vida do AGML, tem como ações estratégicas: a) Valorização do papel de representação e mediação do delegado/subdelegado de turma; b) Promoção da participação dos alunos na resolução de problemas que os afetam; c) Integração das crianças, jovens e adultos em programas, projetos e redes através de parcerias.

Todas estas vertentes se encontram em consonância com as orientações relativas à educação para a cidadania, o que significa que o AGML através das suas práticas, projetos e cultura se mostra consciente da importância de criar as condições para desenvolver cidadãos que, atualmente e no futuro, se mostrem capazes de responder às exigências do mundo, à sua incerteza e aos seus problemas. Cidadãos que estejam abertos a perspetivas diferentes das suas, descentrando-se de si próprios, com pensamento crítico e criativo, que sejam capazes de comunicar e de argumentar. Cidadãos líderes, proativos, empreendedores. Cidadãos empáticos, colaborativos e solidários e com capacidade de intervenção.

OPERACIONALIZAÇÃO

A Cidadania e Desenvolvimento pretende construir e aplicar um conjunto de aprendizagens, nas crianças e nos jovens, para o exercício dos seus direitos e responsabilidades, para o respeito da diversidade social e para o desempenho de um papel ativo na vida democrática da escola, da comunidade e da sociedade em geral, tendo como referência os valores dos Direitos Humanos.

Para vivenciar este perfil, a cidadania necessita de práticas e de exemplos, ou por outras palavras, viver a experiência de cidadania exige experiências e valores, capazes de formar e completar a pessoa nas suas diferentes dimensões. Para isso, o desenvolvimento do sentido crítico, da autonomia ganham o direito à realidade concreta, quando se verifica a responsabilidade nos atos individuais, mas e, sobretudo, na interação com os outros.

Não basta ser pessoa, tem de se aprender a identidade de pessoa cívica e da sua importância na sociedade e na relação com os outros.

Destas considerações iniciais que refletem a experiência de Cidadania e Desenvolvimento, no ano letivo 2018/2019, sobressaem interrogações, mas também o destaque do modo e da estrutura de operacionalização, tendo como fio de suporte a mensagem que resulta do cruzamento de documentos institucionais, mas a importância da Escola na formação do Aluno, enquanto Cidadão desta sociedade e do mundo.

Numa primeira fase, a equipa de coordenadoras dos diferentes ciclos, identificaram os temas seguintes, que compõem o 1.º grupo de domínios, como aqueles que serviriam de fio condutor para os projetos de 2018/2019:

- Direitos Humanos
- Igualdade de género
- Interculturalidade
- Desenvolvimento sustentável
- Educação ambiental
- Saúde

Foram partilhados com todos os conselhos de turma e professores do 1.º ciclo, acompanhados de informação em diferentes suportes, para além de acompanhamento pessoal, quer numa prática mais formal, quer numa intervenção mais personalizada, sempre que necessária ou solicitada.

As estratégias implementadas foram concretizadas em diferentes vertentes, a saber: colaborativa, interdisciplinar, com o objetivo de criar trabalhos de projeto, com apresentação final, ao longo do ano letivo. Contudo, o dia da Escola foi um dos momentos privilegiados.

Seguindo a legislação, no que a esta matéria diz respeito, deu-se destaque a uma articulação transdisciplinar, tecendo relações com os diferentes conteúdos, tendo em atenção o perfil da turma e as diferentes áreas curriculares.

A ligação com o meio/comunidade foi uma realidade em projetos, como foi o caso do Troca-te, com inspiração de sustentabilidade e que envolveu não apenas a comunidade escolar, mas igualmente o meio, através de um projeto já em desenvolvimento, que se iniciou nas redes sociais.

Algumas turmas fizeram ou vão realizar visitas de estudo para melhor se aperceberem dos temas, como referência para o seu projeto, propiciando *in loco* experiências de vida e de cidadania (por exemplo, no 1.º período, o 10.º D visitou a vulgarmente designada Zona J, para perceber as modificações a nível intercultural, ambiental e sustentável, que tem percorrido positivamente aquela área lisboeta).

Também de mencionar que no dia 21 de março, dia internacional da floresta, algumas turmas debateram o tema, também por proposta da DGE (10.º C e E). E nessa sequência, o 10.º C recebeu o Dr. Luís Filipe Calaim, secretário-geral da Confagri, que dinamizou uma sessão de sensibilização para a importância das florestas, também através da DGE.

Nas turmas do 1.º ano do 1.º ciclo realizaram-se atividades/projetos, alguns em parceria com a comunidade educativa e visitas de estudo, a salientar:

Dia internacional da Não violência e paz nas escolas, esta atividade foi desenvolvida em parceria com a GNR – Escola Segura, consistiu no visionamento de filme e debate sobre bullying.

Partindo do tema de Estudo do Meio *Os Itinerários*, sensibilização para a necessidade de nos deslocarmos em segurança (atravessar sempre na passadeira, respeitar os semáforos, caminhar pelo passeio...) Visionamento de imagens/filme e concretização de exercícios práticos num itinerário, respeitando as regras de segurança rodoviária.

Observação de sementes diversas; sementeira de papoilas e calêndulas e construção de um terrário, parceria com a Junta de Freguesia.

Atividades dinamizadas por animadoras do projeto Banco do Alimentar: jogos de sensibilização para os valores de verdade, liberdade, tolerância, partilha, solidariedade, respeito, direitos humanos, justiça, concórdia, participação e intervenção cívica, atividades com o Banco Alimentar.

Participação no Projeto das Tampinhas.

Dialogar com os alunos sobre a importância de ajudar quem mais precisa e participação no Projeto de Voluntariado com base na recolha de livros, brinquedos e materiais escolares para as crianças da Escola de Bombom em São Tomé e Príncipe.

Realização de atividades relacionadas com a prevenção de incêndios e sismos (visionamento de filmes, diálogo com os alunos sobre o tema e vários treinos de evacuação da escola).

Participação em simulacro de incêndio e sismo.

No âmbito do projeto da saúde oral, e em parceria com uma higienista oral, foram realizadas sessões de sensibilização para os alunos sobre a importância da higiene oral e foi efetuado o respetivo rastreio. Também se efetuou a escovagem diária dos dentes.

Dinamização de uma sessão na escola, com a participação de alunos da Escola Secundária de Santa Maria, sobre higiene corporal.

Promoção do Lanche Saudável; Comemoração do Dia da Alimentação; Apresentação de uma atividade sobre alimentação saudável pelos alunos do curso de Técnico Auxiliar de Saúde da Escola Secundária de Santa Maria; sessão de promoção da saúde oral, desenvolvida por uma higienista oral.

Atividades desenvolvidas: dia da alimentação. Visionamento de filmes sobre alimentação saudável e construção da pirâmide dos alimentos; prática de exercício físico: jogos fora da sala com a colaboração do PAPES.

Participação no Programa Eco-Escolas com a recolha seletiva de lixo (papel, embalagens e tampas) e limpeza do espaço exterior da escola. A importância da reciclagem (Construir em cartão os ecopontos com as respetivas cores e explicar para que serve cada um deles).

Visita de estudo guiada ao Oceanário de Lisboa para participar no atelier *Escanifoquê?*

Elaboração de história coletiva sobre os malefícios do plástico nos oceanos (atividade entre escolas).

Construção de painel para exposição no Festival do Sonhadorismo, com materiais de desperdício.

Construção de flores e borboletas a partir de garrações e garrafas de plástico para embelezamento da escola (atividade com a colaboração dos pais).

A operacionalização de Cidadania e Desenvolvimento tem que passar pelas diferentes práticas metodológicas, que assumem diferentes formas, como se pode verificar de seguida e cuja concretização apela à participação de cada aluno, promovendo a sua autonomia pessoal e social na construção dos saberes e na avaliação das suas aprendizagens. Neste sentido, foram utilizadas várias estratégias pelos docentes do 2º e 3º ciclo, bem como pelos do ensino secundário, tais como:

- Trabalho de Grupo/pares;
- Debates;
- Dramatizações;
- Pesquisa orientada de textos e imagens;
- Visionamento e comentários de vídeos, documentários;
- Leitura, análise e discussão de documentos de origem diversificada (Carta dos Direitos Humanos, trabalho infantil);
- Exposições como por exemplo o “Estendal dos Direitos Humanos”;
- Campanha de recolha de fundos para a UNICEF;
- Produção de textos e / ou imagens;
- Participação na campanha da Eco-Escolas Brigadas Verdes com recolha de lixo dentro do espaço escolar;
- Divulgação das normas de segurança em caso de sismo e incêndio e treino do percurso de evacuação;

- Construção de cartazes publicitários;
- Sensibilização dos alunos para a poluição dos Oceanos;
- Realização de jogos e produção de textos sobre a importância da água;
- Elaboração de panfletos sobre reciclagem;
- Construção de objetos com materiais recicláveis;
- Participação numa sessão dinamizada pela CMS sobre Educação Financeira
- Visitas de estudo;
- Partilha de experiências com entidades exteriores;
- Participação no projeto Troca-te;
- Apresentação à comunidade escolar, no dia da Escola, de diferentes abordagens dos temas acima elencados;
- Entre outras formas de vivência e partilha.

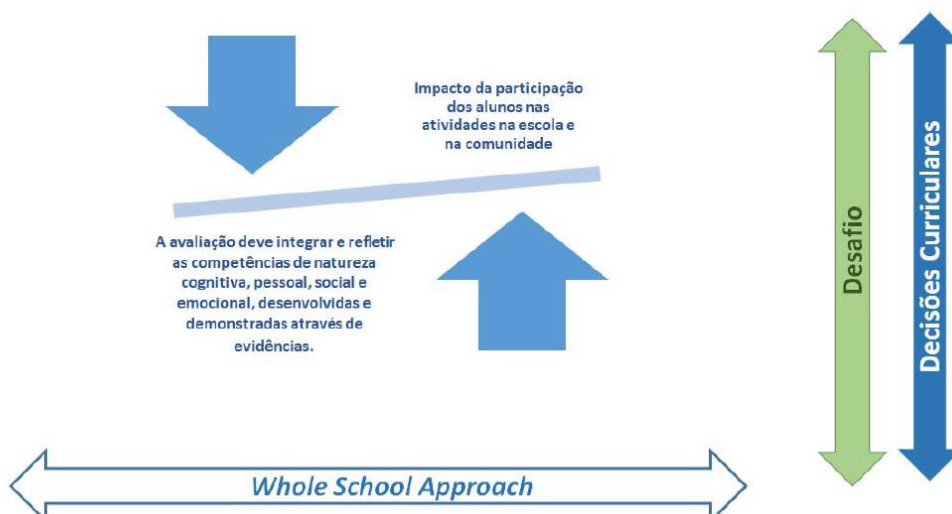
A construção dos projetos é um trabalho a ser desenvolvido, faseadamente, ao longo do ano letivo e da sua elaboração os planos de turma dão conta.

No futuro poderá realizar-se a construção do ou dos projetos numa relação interturmas.

CRITÉRIOS de AVALIAÇÃO dos ALUNOS

No ano letivo 2018-2019 serão aplicados os critérios de avaliação aprovados em Conselho Pedagógico, que a seguir se apresentam.

Nos anos a seguir, esses critérios serão ajustados fruto da experiência e da reflexão, naturalmente resultantes de uma prática e da experiência inicial.



CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE AVALIAÇÃO | CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

(1.º ciclo)

COMPETÊNCIAS GLOBAIS a) Natureza transdisciplinar no 1º CEB	PONDERAÇÃO											INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
		COMPETÊNCIAS	Especificação das Competências									
LITERACIAS (leitura e escrita científica tecnológica e digital, estética, cultural e de cidadania) COMPETÊNCIAS ESTRUTURAIS (pensamento crítico; resolução de problemas; metacognição; colaboração; consciência social e cultural) COMPETÊNCIAS PESSOAIS (curiosidade, persistência, resiliência, flexibilidade, liderança, criatividade, empreendedorismo)	50%	Desenvolvimento de competências cognitivas, pessoais, sociais e emocionais	<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar saberes científicos das várias disciplinas da matriz curricular do 1º ciclo, numa perspetiva transversal e transdisciplinar do conhecimento; Mobilizar saberes centrados na escola/aluno, nas suas prioridades, necessidades e contextos; Desenvolver o respeito pelas diferenças culturais de alunos e da restante comunidade educativa; Potenciar situações de aprendizagem em articulação com a comunidade; Mobilizar meios tecnológicos e fontes variadas de informação nas atividades de pesquisa e produção de trabalhos; Promover pensamento crítico e estético; Desenvolver competências de participação ativa; Desenvolver conhecimentos em áreas não formais no âmbito da Cidadania. 	Avaliação qualitativa Instrumentos diversificados de avaliação elaborados pelo professor e/ou definidos em grupo de coordenação de ano/escola/departamento: . Registos de auto e heteroavaliação . Grelhas de avaliação de competências ativadas no trabalho individual e em grupo . Registo de atividades de pesquisa em plataformas diferenciadas (digitais e/ou em papel) . Registo de intervenções orais (apresentações, debates)								
	20%	Produção de trabalhos Partilha coletiva de práticas de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Participar em projetos desenvolvidos preferencialmente em parceria com entidades da comunidade; Apresentar estratégias adequadas à resolução de problemas; Comunicar com clareza e correção na turma e/ou na escola o produto do seu trabalho/atividade; Participar em debates/grupos de discussão ou atividades cívicas realizadas na sala de aula/escola/comunidade. 									
	30%	Atitudes e Valores (Relações interpessoais, responsabilidade, empenhamento)	<ul style="list-style-type: none"> Revelar comportamentos adequados em contextos de cooperação, partilha, colaboração e trabalho de equipa; Demonstrar capacidade de ouvir, interagir, argumentar, negociar e aceitar diferentes pontos de vista; Cumprir regras escolares, instruções dos docentes e funcionários da escola e procedimentos do RIA relativos a direitos e deveres dos alunos; Refletir individual e coletivamente sobre atitudes e suas consequências. 									


CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE AVALIAÇÃO | CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

(2º e 3º ciclo)

COMPETÊNCIAS GLOBAIS a)	PONDERAÇÃO											EXEMPLOS DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO *
		COMPETÊNCIAS	Especificação das Competências									
LITERACIAS (leitura e escrita; científica; tecnológica e digital; estética, cultural e de cidadania) COMPETÊNCIAS ESTRUTURAIS (pensamento crítico; resolução de problemas; metacognição; colaboração; consciência social e cultural) COMPETÊNCIAS PESSOAIS (curiosidade; persistência; resiliência; flexibilidade; liderança; criatividade; empreendedorismo)	10%	Aquisição de Conhecimentos	Mobilizar saberes culturais científicos e tecnológicos que promovam aprendizagens nos vários domínios essenciais ao exercício de cidadania. Manifestar envolvimento e curiosidade na resolução de problemas. Apresentar estratégias adequadas à resolução de problemas. Aplicar técnicas/conceitos estudados noutras áreas curriculares, em situações concretas de trabalho. Consultar e utilizar diversas fontes de informação.									<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhos de investigação/projetos e respetivos produtos finais; • Relatórios/redações; • Portfólios; • Intervenções orais (apresentações, discussões, questões) • Grelhas de observação direta; • Registos de assiduidade, pontualidade, material e sua organização, realização e entrega de trabalhos); • Grelhas de auto e heteroavaliação; • Outros instrumentos definidos no Conselho de turma e identificados no respetivo Plano de Turma.
	40%	Produção de Trabalhos	Comunicar com clareza e correção na turma e/ou na escola o produto do seu trabalho/atividade. Participar em Debates/grupos de discussão ou atividades cívicas realizadas na escola/comunidade.									
	20%	Impacto das aprendizagens na comunidade	Relações Interpessoais Revelar comportamentos adequados em contextos de cooperação, partilha, colaboração e trabalho de equipa. Demonstrar capacidade de ouvir, interagir, argumentar, negociar e aceitar diferentes pontos de vista.									
	15%	Atitudes e Valores	Responsabilidade e Empenho Demonstrar assiduidade e pontualidade. Cumprir as tarefas propostas no prazo estipulado. Avaliar as consequências das atitudes que toma.									
15%												

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE AVALIAÇÃO | CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

(10.º ano | Cursos científico-humanísticos e profissionais)

COMPETÊNCIAS GLOBAIS a)	PONDERAÇÃO	<p>AREAS DE COMPETÊNCIAS DO PERFIL DO ALUNO (ACPA)</p> 	AVALIAÇÃO/ INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
		COMPETÊNCIAS ESPECIFICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS b)	
<p>LITERACIAS (leitura e escrita; científica; tecnológica e digital; estética, cultural e de cidadania)</p> <p>COMPETÊNCIAS ESTRUTURAIS (pensamento crítico; resolução de problemas; metacognição; colaboração; consciência social e cultural)</p> <p>COMPETÊNCIAS PESSOAIS (curiosidade; persistência; resiliência; flexibilidade; liderança; criatividade; empreendedorismo)</p>	<p>Cada disciplina envolvida deverá aplicar as suas ponderações (Transversal)</p>	<p>Cada disciplina envolvida deverá aplicar as suas competências (Transversal)</p> <p>Temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Direitos Humanos Igualdade de género Interculturalidade Desenvolvimento sustentável Educação ambiental Saúde <p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competências pessoais e sociais enquadradas numa cultura de Democracia • Pensamento crítico • Pensamento criativo • Competências de participação ativa, plural e responsável • Conhecimentos no âmbito de um conjunto de domínios essenciais ao exercício da cidadania <p>Compreender e expressar-se em Língua Portuguesa. (A,B,C,D,F,H,I) Usar uma linguagem clara e rigorosa. (A, B,C,D,F,H,I) Acompanhar a sequencialidade de um discurso. (A,B,C,D,F,H,I) Apresentar claramente as suas ideias. (A, B,C,D,F,H,I) Pesquisar e selecionar informação de forma criteriosa. (A,B,C,D,F,H,I)</p>	<p>Avaliação Diagnóstica</p> <p>Avaliação Formativa</p> <p>Avaliação sumativa (Produto final/Evidência)</p> <p>Transversal</p>

MONITORIZAÇÃO e AVALIAÇÃO da ESTRATÉGIA

A monitorização e avaliação da Estratégia de Educação para a Cidadania é da responsabilidade da equipa de coordenadores, em articulação com o Grupo de Avaliação Interna, e será objeto de análise e de reflexão no conselho pedagógico.

Os projetos intraturmas devem constar do documento Plano de Turma e os projetos interturmas devem constar do Plano Anual de Atividades.

No ano letivo de 2018-2019, deverão ser elaborados relatórios parcelares no 1.º e 2.º períodos e um relatório final no 3.º período. Nestes relatórios devem ser especificadas as atividades e os projetos realizados bem como a avaliação dos intervenientes através da sua perceção de impacto e dos objetivos, metas e ações estratégicas do Projeto Educativo que se insiram na temática.

Do relatório final deve constar uma reflexão que valide e reorienta as linhas de ação. Neste sentido, deve dar informação sobre: a) o grau de concretização dos objetivos estabelecidos; b) o desenvolvimento e impacto das diferentes ações, bem como a forma como estas se articularam para promover o sucesso dos alunos; c) a contribuição da EEC para o Plano Anual de Atividades, o Projeto Educativo e o perfil dos alunos do AGML associado ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; d) a metodologia de envolvimento dos intervenientes nos processos de avaliação e nas estratégias de melhoria a implementar.

A partir desta experiência, no início do próximo ano letivo deve ser redefinida a metodologia de monitorização e de avaliação e os indicadores de impacto, e respetivos meios de verificação, no clima e cultura da comunidade educativa, na governança escolar e na relação com os parceiros e comunidade local, em estreita ligação com o Projeto Educativo do AGML. Recomenda-se que a metodologia de recolha de informação seja sistemática e utilize diferentes modalidades.

A partir da avaliação final da implementação da EEC, deverão ser reconhecidas e divulgadas as boas práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aprendizagens essenciais de Cidadania e Desenvolvimento. (2017). Lisboa: Ministério da Educação, Direção-Geral de Educação.

Brett, P; Mompoin-Gaillard, P. & Salema, M. (2009). *How all teachers can support citizenship and human rights education: a framework for the development of competences.* Bruxelas: Conselho da Europa.

Citizenship education at school in Europe. (2017). Bruxelas: Eurydice.

Educação para a cidadania global. Tópicos e objetivos de aprendizagem. (2016). Paris: UNESCO.

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. (2017). Lisboa: Ministério da Educação.

Martins, G, et al. (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.* Lisboa: Ministério da Educação, Direção-Geral de Educação.

Nogueira, F. (2015). O espaço e o tempo da cidadania na educação. *Revista Portuguesa de Pedagogia* 49-1, 7-32.

Recomendação 1/2012 sobre educação para a cidadania. (2012). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Reis, J. (2000). *Cidadania na escola.* Lisboa: Colibri.

Schleicher, A. (2018). *World class. How to build a 21 st-century school system.* Paris: OCDE.

The future we want. The future of education and skills. Education 2030. (2019). Paris: OCDE.

Legislação

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho

Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei 46/86, Diário da República n.º 237/1986, Série I de 14 de outubro de 1986